

A quimera da *Atlântica* e a luso-brasilidade (1915-1920)

Lucia Maria Paschoal Guimarães¹

Em 1974, o historiador Joaquim Barradas de Carvalho (1920 – 1980) parecia apreensivo com o futuro político e econômico da nação lusíada, após o advento da Comunidade Econômica Européia. A pátria se encontrava perante uma encruzilhada, no seu ponto de vista. Ou marchava na direção do continente, ou tomava o caminho do oceano. A última alternativa se lhe afigurava mais promissora, a *única condição para que Portugal volte a ser ele próprio*². Mas a opção assegurava o historiador, (...) *passava forçosamente pela formação de (...) uma autêntica Comunidade Luso-Brasileira, uma Comunidade Luso-Brasileira que não seja apenas sentimental e ortográfica, (...), nem aquela comunidade que não passou, ainda, de Júlio Dantas para cá, Pedro Calmon para lá...*³.

A proposta de Barradas de Carvalho não constituía propriamente uma novidade. Retomava os fios de um antigo projeto, que cingira intelectuais das duas nacionalidades nas primeiras décadas do século passado, voltado para o fortalecimento das relações luso-brasileiras. Seu principal veículo de divulgação foi uma revista cultural, editada em Lisboa, entre 1915 e 1920, a *Atlântida. Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil*⁴.

O artigo que se segue pretende examinar as motivações que levaram à criação daquele periódico e tecer algumas reflexões sobre o seu conteúdo programático, autores e leitores. A par disso, apresenta os primeiros resultados de uma investigação, que integra empreendimento acadêmico mais amplo, envolvendo professores da Universidade Nova de Lisboa (UNL) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), devendo incorporar-se à Coleção Revistas de Idéias e Cultura, organizada pelo Seminário Livre de História das Idéias (UNL). Projeto, aliás, que à sua maneira também segue as pegadas da *Atlântida*, pois tem contribuído para estreitar os laços entre o Brasil e Portugal⁵.

Desde o rompimento diplomático de 1894, fruto da acolhida por navios de guerra portu-

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora Titular de Historiografia do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Pesquisadora do Programa Prociência da UERJ; Pesquisadora do CNPq, do Programa Cientista do Nosso Estado e do PRONEX CNPq/FAPERJ “Dimensões da Cidadania nos Oitocentos”, coordenado pelo Dr. José Murilo de Carvalho. Sócia honorária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

² Joaquim Barradas de Carvalho. *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?(Uma perspectiva histórica)* Lisboa: Livros Horizonte, 1974, p. 81. (Coleção Horizonte nº 26).

³ Idem, p.79.

⁴ Daqui por diante denominada apenas *Atlântida*.

⁵ Convênio celebrado entre as Universidades Nova de Lisboa e do Estado do Rio de Janeiro, em julho de 2007.

gueses a oficiais da marinha brasileira, que se insurgiram contra o governo do presidente Floriano Peixoto⁶, os tradicionais vínculos de amizade que uniam o Itamaraty ao Paço das Necessidades andavam um tanto quanto estremecidos. É bem verdade que houve algumas tentativas para reanimá-los, a exemplo de uma visita do rei d. Carlos ao Rio de Janeiro, programada para junho de 1908, a propósito das comemorações centenário da abertura dos portos, plano que acabou frustrado pelo assassinato do monarca, em 1º de fevereiro daquele ano⁷.

No entanto, apesar daquele relativo “afrouxamento” no âmbito dos contatos oficiais, informalmente, as relações literárias luso-brasileiras atravessavam uma fase de grande florescimento, estimuladas pelo aparecimento de novos almanaques, jornais e magazines⁸, nos quais participavam intelectuais de ambas as nacionalidades. A distância física que separava os colaboradores não impedia que esses periódicos se tornassem lugares de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiros e espaços de sociabilidade, tal como define François Sirinelli, ao analisar os mecanismos que movimentam as complexas engrenagens dos espaços culturais⁹.

Em Portugal, nas páginas d’A *Águia*, editada na cidade do Porto (1910-1930), publicavam-se contribuições de Ronald de Carvalho, Coelho Neto, Vicente de Carvalho e Lima Barreto, ao lado das de Teixeira de Pascoaes, Antonio Sérgio e Jaime Cortesão. A *Atlântida* (1915-1920), era dirigida a quatro mãos: em Lisboa, por João de Barros e no Rio de Janeiro, por Paulo Barreto, o popular João do Rio. O mesmo se observa em relação à revista *Orpheu* (1915), de duração efêmera, mas muito expressiva, cujo primeiro número foi preparado por Fernando Pessoa e Ronald de Carvalho¹⁰.

⁶ A crise fora provocada pela decisão do conde de Paraty, de conceder asilo em navios de guerra portugueses aos oficiais da marinha brasileira, que se haviam insurgido contra o governo do marechal Floriano Peixoto, na revolta da Armada. Apesar do restabelecimento das relações oficiais em 1895, mediante gestões da Inglaterra, perdurou durante muito tempo no Brasil um sentimento anti-lusitano, cultivado pelos setores nacionalistas mais acerbados.

⁷ Diversos eventos já estavam programados, quando a notícia do regicídio chegou ao Brasil, inclusive, a convocação de congresso luso-brasileiro de história, planejado pelo barão do Rio Branco, para ter lugar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ver, Lucia Maria P. Guimarães. *Da Escola Palatina ao Silogeu*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Editora do Museu da República, 2007, p. 31.

⁸ Sobre o surto que propiciou a multiplicação das revistas portuguesas no início do século XX, ver, José Augusto Seabra. “Revistas e movimentos culturais no primeiro quarto do século”. In: REIS, Antonio et alii, *Revistas, idéias e doutrinas. Leituras do pensamento contemporâneo*. Apresentação de Zília Osório de Castro. Introdução de Luís Crespo de Andrade. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 21.

⁹ François Sirinelli, “Os intelectuais”. In: René Rémond (org.), *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996, p.294. Ver, ainda, a interessante abordagem proposta por Emma Gori “Um lobby pacifista e elitista: O Grupo de Bloomsbury”. In: Domenico Di Masi, *A emoção e a regra: os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997, p.131-170.

¹⁰ Ver, Arnaldo Saraiva. *Modernismo brasileiro e modernismo português. Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004, p. 23.

No lado de cá do Atlântico, o panorama se apresentava bem semelhante. Os principais órgãos da imprensa divulgavam com regularidade textos de autores portugueses, como Alberto de Oliveira, Maria Amália Vaz de Carvalho, Luís da Câmara Reys, Carlos Malheiro Dias e Jaime de Ségurier, que assinava, inclusive, uma coluna no *Jornal do Comércio*. No diário *O País*, destacavam-se as crônicas de Justino Montalvão, as “Cartas de Lisboa”, de José Maria Alpoim, as “Cartas de Paris”, de Xavier de Carvalho, bem como os artigos de Santo Tirso¹¹.

Entre os temas mais discutidos pelos letrados distinguia-se o da conveniência de se estabelecer uma comunidade luso-brasileira. A questão fora levantada pela primeira vez por Silvio Romero (1851- 1914), um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, na conferência “O elemento português no Brasil”, pronunciada no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, e publicada em Lisboa em 1902¹². É interessante notar que o acadêmico, alguns anos antes, na sua *História da Literatura Brasileira* (1888)¹³, se mostrara um censor implacável da matriz cultural lusitana. No entanto, mudou de opinião e passaria a defendê-la vigorosamente, receoso da veracidade de certas notícias veiculadas por jornais europeus:

(...) *Berlim. Os pangermanistas estão atualmente ocupados com um projeto de organização mais sólida de um acordo entre os colonos alemães no Brasil. Tem havido em diversas cidades da Alemanha conferências cujo fim é enviar alguns pastores, padres e mestre-escolas ao sul do Brasil. Na cidade de Magdeburgo um dos oradores declarou que parte do sul do Brasil é terra alemã e que deverá mais tarde pertencer ao império germânico*¹⁴.

A preocupação externada por Silvio Romero não era infundada. De fato, nos estados meridionais do Brasil existia forte concentração de emigrantes teutões, na sua maioria reunidos em comunidades, onde (...) *a língua portuguesa brilha pela ausência*, conforme denunciava Romero. Alarmado, ele argumentava que (...) *a língua, por si só, na era presente serve para individualizar a nacionalidade, é por isso que os alemães consideram a pátria alemã todo e qualquer sítio onde é falada a língua alemã*. Antevia que por volta de oitenta ou cem anos, no mais tardar, o núcleo do (...) *Rio Grande do Sul, ao que parece o mais populoso e compacto, tornar-se-á independente e, estendendo a mão ao de Santa Catarina, aliar-se-á com ele, formando ambos a nova nacionalidade*¹⁵.

¹¹ Idem.

¹² Cf. Silvio Romero. *O elemento português no Brasil* (Conferência). Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1902.

¹³ Cf. _____. *História da Literatura Brasileira*. 7ª ed. Rio de Janeiro; José Olympio; Brasília: INL, 1980, v.4 e 5.

¹⁴ _____. *O elemento português no Brasil* (Conferência). Op. cit., p. 35.

¹⁵ Idem.

A integridade da Terra de Santa Cruz parecia estar em risco e Silvio Romero defendia a necessidade de fortalecer os elementos que a constituíam historicamente como nação luso-brasileira, em especial, o idioma. Contudo, ele ainda iria mais longe nas suas advertências, sinalizando que a ambição germânica não se limitava ao território brasileiro: (...) *Portugal também faz parte das nações pequenas, mas também pertence ao grupo dos ameaçados, quando não diretamente nas suas plagas européias, de modo inequívoco na África*. Para enfrentar o perigo comum, o escritor sugeria que os dois países se unissem e formassem uma federação¹⁶.

As inquietações que afligiam Silvio Romero por certo também afetavam a intelectualidade lusa. Nos primórdios do século passado, de acordo com Eduardo Lourenço, o Brasil representava para Portugal uma espécie de espaço compensatório – uma dimensão simbólica no imaginário da grandeza da nação, tal como fora a Índia e depois viria a ser a África¹⁷. Mas, a idéia de celebrar uma aliança com a antiga colônia americana só viria a ser expressa publicamente, em 1909, por Coelho de Carvalho, na Academia das Ciências de Lisboa.

Por aquela mesma ocasião, a Sociedade de Geografia decidiu lançar um concurso de monografias sobre “o modo mais eficaz de promover a união moral com a mãe pátria” dos portugueses residentes no Brasil e anunciou a intenção de organizar uma expedição ao interior do país. Logo em seguida, o presidente da Sociedade, Zófimo Consiglieri Pedroso, na sessão de 10 de agosto de 1909, apresentaria um plano que ficou conhecido por *Acordo Luso-Brasileiro*. Propôs a instituição de um grupo de trabalho permanente, encarregado de estudar medidas para a consecução dos seguintes objetivos: negociar tratados de arbitragem, de cooperação internacional e de comércio; ensejar a criação de entrepostos comerciais e a construção de palácios de exposição em Lisboa e no Rio de Janeiro; promover na medida do possível a unificação da legislação civil e comercial; encorajar a cooperação intelectual – científica, literária e artística – conferindo equivalência de direitos ou de títulos aos diplomados de um país que decidissem trabalhar no outro; planejar visitas recíprocas de intelectuais, artistas, industriais e comerciantes, bem como fomentar a convocação de congressos científicos e a colaboração entre jornalistas, editores, associações culturais, pedagógicas, artísticas e beneficentes¹⁸.

¹⁶ Idem, p. 3-41.

¹⁷ Eduardo Lourenço. *O labirinto da saudade*. 4ª edição. Lisboa: Publicações dom Quixote, 1991, p. 41.

¹⁸ Sobre o “Acordo Luso-Brasileiro” ver, João do Rio. “Relações Luso-Brasileiras”. In: _____. *Portugal d’agora*. Lisboa. Porto. Notas de viagem. Impressões. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, 1911, p. 289-292.

O ambicioso programa terminou por permanecer no terreno das intenções, pois seu autor faleceu pouco tempo depois de expô-lo. De mais a mais, havia poucas chances de levá-lo avante, considerando a atmosfera de instabilidade política, que marcou o fim da monarquia e o advento da República portuguesa, em 1910.

A idéia de instituir uma comunidade luso-brasileira só voltaria a ser ventilada com intensidade após a deflagração da Primeira Grande Guerra. No parlamento português, vozes nacionalistas manifestavam suas preocupações diante do avanço do imperialismo germânico. O deputado João Menezes, por exemplo, assinalava que (...) *Brasileiros e portugueses têm de pensar, hoje mais do que nunca, em estreitar suas relações políticas, podendo ir muito além duma aliança*¹⁹.

O contexto da guerra também favoreceria a disseminação de culturas políticas nacionalistas no Brasil. Porém, as opiniões sobre aquelas fórmulas se dividiam. Havia quem repudiasse a idéia de uma aliança com Portugal. Herdeiros da vertente mais radical do nacionalismo, admiradores de Floriano Peixoto, a quem veneravam como modelo de civismo, responsabilizavam a colonização lusa pelo atraso cultural, econômico e social do país. Nessa corrente, entre outras figuras, sobressaíam-se o médico e pedagogo Manoel Bonfim, além dos escritores Antonio Torres, Felix Amélio, Jackson de Figueiredo e Álvaro Bomilcar, que disseminavam o anti-lusitanismo em publicações, como *O Tempo*, *Brazileia* e *Gil Blas*, além de incitar a população a participar de campanhas anti-portuguesas²⁰.

Os defensores do conagraçamento cultural e político com a antiga metrópole, por seu turno, percebiam no legado lusíada o fator dominante da construção da nacionalidade, baseados na afinidade lingüística, na história e na ocupação do território. A tese desfrutava da acolhida não apenas de destacados membros da colônia portuguesa no Rio de Janeiro, como também de intelectuais da envergadura de Olavo Bilac, de Afrânio Peixoto, de Paulo Barreto e de Graça Aranha, quatro atuantes membros da Academia Brasileira de Letras. Graça Aranha chegou a afirmar que (...) *A união política entre Portugal e Brasil, consequência da unidade moral das duas raças, seria a grande expressão internacional da raça portuguesa*²¹. Já o nome de Paulo Barreto, ou melhor, o seu pseudônimo literário mais famoso, João do Rio, acabaria ligado a um dos esforços mais significativos para estimular o aprofundamento das relações entre os dois países: a criação da revista *Atlântida*, fruto da sua associação com o

¹⁹ João Menezes apud Nuno Simões. *Actualidade e permanência do Luso-Brasilismo* (Conferências e discursos). Lisboa: Edição do autor, 1960, p.34..

²⁰ Ver, Jorge Luís dos Santos Alves. “Duas interpretações da nacionalidade brasileira”. *Anais da XX Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Rio de Janeiro, 2005, p. 223.

²¹ Cf. Graça Aranha apud Bitencourt Rodrigues. *Uma Confederação Luso-Brasileira. Prováveis alianças e grupamentos de nações. Fatos, opiniões e alvitres*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923, p. 8.

poeta, político, publicista e pedagogo português João de Barros (1881-1960), “um incansável apóstolo da aproximação luso-brasileira, como cidadão e governante, como conferencista e escritor”, nas palavras de José Carlos Seabra Pereira²².

João Paulo Alberto Coelho Barreto nasceu no Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1881. Era filho de d. Florência dos Santos Barreto e do educador Alfredo Coelho Barreto, um adepto do positivismo, que batizou o menino na igreja positivista, na esperança de que viesse a abraçar a doutrina de Augusto Comte. Fez os primeiros estudos com o próprio pai e aos dezesseis anos já colaborava nos principais diários fluminenses. Notabilizou-se como o primeiro homem de imprensa a ter o senso do noticiário moderno. Criador da crônica social, um dos mais notáveis escritores da *Belle Époque* tropical, costumava usar diversos pseudônimos, *X*, *Caran d’ache*, *Joe*, *Pall Mall*, José Antonio José e João do Rio, o mais conhecido, conforme já se disse. Ingressou na Academia Brasileira de Letras em 1910. Envolveu-se em causas controversas e cumpriu uma trajetória acidentada na vida privada, pontuada por ataques dos seus desafetos. Bem humorado, porém irônico, companheiro de aventuras da sensualíssima Isadora Duncan, apesar de reconhecido como homossexual, possuía personalidade contraditória, na opinião do amigo Gilberto Amado: (...) *dentro dele lutavam duas correntes: a do velho Barreto, o “filósofo”, o professor, voltado para o recolhimento, e a de d. Florência, coberta de plumas e tilintante de balangandãs sempre a pular dentro dele*²³. Realizou diversas viagens à Europa e consta que guardava grande frustração, porque não conseguira ser nomeado embaixador em Portugal, cargo a que aspirava ardentemente. Faleceu no Rio de Janeiro, a 23 de junho de 1921. Seus funerais no cemitério de São João Batista, no bairro de Botafogo, mobilizaram a cidade. O cortejo foi seguido por cerca de cem mil pessoas, na maioria membros da numerosa colônia lusa. Segundo o cronista Antonio Torres, (...) *os motoristas portugueses deram até automóvel de graça a quem quisesse acompanhar o cadáver*²⁴.

Sob o pseudônimo de João do Rio, Paulo Barreto deixou vasta obra, compreendendo diversos gêneros do jornalismo, da literatura e da dramaturgia. Algumas dessas contribuições foram reunidas em livros, a exemplo de “Vida vertiginosa” “Portugal d’agora”²⁵, “No tempo de Wenceslau ...”, “Fados e canções de Portugal”, “As religiões do Rio”, “Momento literário” e “A alma encantadora das ruas”, título que lhe serviu de proficiência intelectual para a admissão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1907. Curiosamente, na biografia

²² Cf. José Carlos de Seabra Pereira apud Arnaldo Saraiva; op .cit. p. 81-82

²³ Gilberto Amado apud Antonio Edmilson Martins Rodrigues. *João do Rio. A cidade e o poeta – o olhar do flâneur na belle époque tropical*. 1ª edição. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000, p. 18-19.

²⁴ Antonio Torres apud Antonio Edmilson Martins Rodrigues. *Idem*, p. 49.

²⁵ A obra *Portugal d’agora* é dedicada a João de Barros e a Manoel de Sousa Pinto. Ver, João do Rio. *Portugal d’agora. Lisboa, Porto, notas de viagem, impressões*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1911.

do polêmico literato, divulgada pela Academia Brasileira de Letras, não há nenhum registro a respeito da sua militância na defesa do luso-brasileirismo, nem tampouco da revista que dirigiu a quatro mãos com João de Barros²⁶.

O entrosamento entre os dois Joões, ao que parece, originou-se de uma leitura casual. João de Barros relata que publicara um ensaio, no periódico francês *La Révue*, a respeito das tendências contemporâneas das letras portuguesas. Pouco depois, para sua surpresa, ao abrir a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, deparou-se com uma nota sobre o tal ensaio, redigida por alguém que se assinava apenas *Joe*. A referência servia de mote para lavrar um protesto contra o fato de que as notícias da literatura lusíada só chegavam ao Brasil através da França. Empenhou-se, então, para desvendar a identidade do misterioso autor e concluiu que *Joe* era um dos pseudônimos de Paulo Barreto, ou de João do Rio, como se queira.

Os futuros parceiros se avistariam pela primeira vez, em 1908, durante uma das visitas do escritor carioca a Portugal. O encontro ocorreu na cidade do Porto, promovido pelos irmãos Lello e marcou o início de uma sólida amizade. João do Rio lembraria o episódio, salientando que durante a conversa descobriram fortes afinidades, a começar pelas idéias políticas, pois ambos eram partidários do regime republicano. Além disso, preocupavam-se com o futuro incerto das relações luso-brasileiras, uma vez que (...) *se o Brasil se interessava menos por Portugal do que pela França, Portugal não se interessava, ou antes, ignorava tudo do Brasil*²⁷. A solução do problema, por certo, demandava ações oficiais mútuas, contudo, eles poderiam somar esforços e, quem sabe, criar uma revista literária para estimular a luso-brasilidade.

O plano ganhou fôlego com a vinda de João de Barros ao Brasil, em 1912. Ele aderiu ao movimento que o seu homônimo já vinha realizando, na imprensa e na Academia Brasileira de Letras. Decidiu apoiá-lo, escrevendo artigos e pronunciando conferências:

*(...) É preciso trabalhar muito para que se extinga o desconhecimento que separa as duas nações. O mais urgente, porém, creio que será estabelecer e desenvolver uma sólida aproximação das duas mentalidades, das duas literaturas, das duas artes. Criado esse veículo essencial, mais de metade do trabalho estará feito. E bom seria que – reservadas as diferenças essenciais impostas pelo meio, uma mesma alma palpitasse na vida mental dos dois países. Na verdade, é necessário erguer, sobre o vasto Atlântico, um continente moral que nos ligue de vez (...)*²⁸.

²⁶ Cf. Academia Brasileira de Letras. Acadêmicos. Biografia de Paulo Barreto (João do Rio). <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=329&sid=261>. Acessado em 23 de novembro de 2007.

²⁷ Cf. João do Rio. “O aparecimento de um grande mensário artístico-literário-social para Portugal e Brasil”. *A Rua*, Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1915, p. 2.

²⁸ Cf. João de Barros. *Caminho da Atlântida. Uma campanha luso-brasileira*. Lisboa: Livraria Profissional,

A dupla postulava o fortalecimento dos vínculos entre Brasil e Portugal, fundamentada não apenas nas *simpatias espirituais das tradições do passado, mas também pela conveniência do futuro*²⁹. A este argumento de João de Barros cabe complementar com um outro de João do Rio, isto é, de que (...) *A guerra veio definitivamente forçar a publicação*³⁰. Com efeito. O batismo literário da *Atlântida. Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil* teve lugar em Lisboa, a 15 de novembro de 1915, data que pretendia homenagear a passagem do vigésimo sexto aniversário da proclamação da República no Brasil. O novo periódico foi recebido com entusiasmo por outros congêneres, a exemplo d'A *Águia*, que manifestou (...) *fé ardente nos seus altos destinos*³¹.

A denominação *Atlântida* fora escolhida por João do Rio. Ele se inspirou na lenda do continente perdido, para designar de forma semântica um projeto que buscava (re) estabelecer a ligação entre as duas partes do mundo que as águas do oceano haviam separado³². O subtítulo, *Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil*, além de indicativo da periodicidade, resumia o seu teor programático e destacava-lhe o caráter binacional.

Na folha seguinte em posição de destaque, exibia-se a informação que a revista recebia o (...) *alto patrocínio de S. Ex.^{as} os ministros das Relações Exteriores do Brasil e dos Estrangeiros e do Fomento de Portugal*, acompanhada dos votos de congratulações, formulados por aquelas autoridades, respectivamente, os doutores Lauro Muller, Augusto Soares e Manuel Monteiro. Este último qualificava o empreendimento de (...) *um esteio seguro da indispensável aproximação intelectual e econômica entre as duas Pátrias irmãs*. As três mensagens, por sinal, levam a conjecturar se os cumprimentos não passavam de mera retórica ou se constituíam vestígios de um possível envolvimento dos governos no projeto editorial. De qualquer modo, sob a forma de *manifesto*³³, os diretores da *Atlântida* procuravam justificar o empreendimento e explicitar a sua linha programática:

[1919?], p. X e XI.

²⁹ Cf. _____. *A aproximação luso-brasileira e a paz*. Paris; Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1919, p. 7.

³⁰ João do Rio, "O aparecimento de um grande mensário artístico-literário-social para Portugal e Brasil". *A Rua*. Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1915, p.2.

³¹ *A Águia*, dezembro de 1915, p. 252-253. Ver, também, o agradecimento dos diretores da *Atlântida*. *Atlântida*. Lisboa, nº 3, 15 de janeiro de 1916.

apud Cecília Dias de Carvalho Henriques da Conceição. *A revista Atlântida. Documento sócio-cultural e literário de uma época. "Um braço mental" entre Portugal e o Brasil*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Literaturas Românicas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1997, p. 18.

³² Inicialmente, por sugestão de Manoel de Oliveira Pinto, a publicação deveria chamar-se *Atlântico*, em homenagem ao emblemático oceano singrado pelos navegadores portugueses, em cujas margens se situavam as duas nações. *Idem*.

³³ Acreditamos, tal como evidencia Jean-François Sirinelli, que o Manifesto de lançamento da *Atlântida* constitui num *excelente sismógrafo* para examinar a influência e a amplitude das ações dos intelectuais que estiveram à frente do projeto. Cf. Jean-François Sirinelli. *Intellectuels et passions françaises. Manifestes et pétitions au XX^e siècle*. Paris: Gallimard, 1990, p. 13-15.

(...) Há muito tempo que a publicação d'uma revista literária que defendesse os interesses comuns do Brasil e de Portugal se impunha e se tornava indispensável. (...) As características especialíssimas criadas pela Guerra européia determinaram um irresistível movimento de solidariedade entre aqueles países e aqueles povos que vivem d'um mesmo ideal, que se alimentam da mesma tradição ou que descendem do mesmo tronco originário. (...). Acontece, porém, que não se conhecem. (...) É precisamente para que Portugal conheça o Brasil e que o Brasil mais se aproxime de Portugal e melhor se conheça, que se vai publicar a Atlântida. (...) É uma obra patriótica esta nossa. E ensinando as duas democracias que o Oceano Atlântico separa, a melhor amar-se e compreender-se a Atlântida tentará substituir, no domínio intelectual e social aquele lendário continente que dantes ligou a América à Europa...³⁴ (o grifo é nosso).

O manifesto contém algumas pistas que vale a pena explorar. Sobretudo, no que diz respeito à associação entre a guerra e o lançamento de uma revista, que se afirmava voltada apenas para os domínios *intelectual e social*. João de Barros oferece indícios da conexão, em uma conferência pronunciada no Ateneu Comercial do Porto, em 1919, quando fez um comentário sobre as pretensões alemãs na América do Sul³⁵. Reportou-se, em particular, à existência de um programa de emigração direcionado para a conquista do Brasil, elaborado por um certo sr. Lange, e ao projeto do pensador Otto Richard Tannenberg, sintetizado no livro *A Grande Alemanha: a obra do século XX*³⁶.

Reconhecido como obra paradigmática do pangermanismo³⁷, o livro de Tannenberg desqualifica a colonização ibérica no Novo Mundo. A incapacidade da Espanha e de Portugal de governarem suas possessões no ultramar teria provocado a formação de numerosos Estados independentes, onde a raça branca permaneceu minoritária, razão pela qual tais países dificilmente conseguiriam superar a pobreza crônica e o atraso atávico. Contrastando com esse quadro, o pensador alemão aponta a situação privilegiada dos Estados Unidos da América do Norte, nação de ascendência anglo-saxã, cuja prosperidade atribui à preponderância maciça de caucasianos na população *yankee*.

Otto Tannenberg induz promover o branqueamento demográfico dos Estados de origem ibérica, uma espécie de condição *sine qua non* para atingirem padrões europeus de civilização. Ele aconselha a partilha da América do Sul entre as três grandes potências

³⁴ Cf. *Atlântida*. Lisboa, nº 1, novembro de 1915.

³⁵ Cf. João de Barros. *A aproximação luso-brasileira e a paz*. Paris; Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1919, p. 16-17.

³⁶ Otto Richard Tannenberg. *Le rêve allemand ! La plus grande Allemagne. L'oeuvre du 20e siècle*. Traduit en français de l'ouvrage Gross-Deutschland, publié en 1911. Lausanne: Payot, 1916.

³⁷ Entende-se como pangermanismo o movimento que apregoava a união dos povos de língua alemã em um único estado.

imperialistas, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha. A esta última caberia o território situado desde o litoral brasileiro, na altura da cidade do Rio de Janeiro, até o oceano Pacífico, nas proximidades do porto chileno de Antofogasta.

O projeto da *Alemanha do Sul* realizar-se-ia em longo prazo, devendo estar concluído por volta de 1950, calculava o seu idealizador. No Brasil, é importante frisar, a área aludida abrigava numerosos núcleos de emigrantes teutões, o que conferia forte credibilidade ao plano. Explica-se, assim, porque o chamado “mapa de Tannenberg” hoje em dia ainda continua a ser evocado como documento emblemático de uma pretendida expansão nazista na América latina.

Ilustração nº 4 - Mapa de Tannenberg



Fonte: Graça Aranha. “Prefácio”. In: André Chéradame. *O plano pangermanista desmascarado*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1917, p. XXXIII

Mas, para além das elucubrações de Tannenberg sobre o devir dos países ibero-americanos, existia um outro problema contemporâneo mais urgente, e por certo bem conhecido de João de Barros: a cobiça germânica sobre as possessões portuguesas na África austral.

No momento, não vem ao caso discorrer sobre as manobras diplomáticas do kaiser Guilherme II, nem tampouco enumerar as sucessivas incursões do seu exército em Angola e em Moçambique. Todavia, não se pode perder de vista que as investidas ao território angolano, quando as articuladas com as ditas aspirações de conquista no continente americano, apontam para uma questão fundamental de geopolítica: a perspectiva da presença alemã nas duas margens do Atlântico Sul. Sintomaticamente, diversos militares portugueses tangenciariam o problema, pronunciando-se favoráveis à formação de uma comunidade luso-brasileira. O comandante Nunes Ribeiro, por exemplo, inferia taxativo que (...) *A garantia do domínio do mar no Atlântico Sul é e será sempre um objetivo comum aos dois países*. Seu colega de arma, o capitão de mar e guerra Henrique Lopes de Mendonça³⁸, historiador e autor da letra do hino nacional, *A Portuguesa*, iria mais longe: batia-se por uma *Confederação luso-brasileira*. Previa alinhamentos estratégicos no Atlântico, através de novas coligações. No hemisfério norte, reunindo a Inglaterra com os Estados Unidos, e no sul Portugal com o Brasil, alianças que (...) *impor-se-iam ao mundo não com intuítos ambiciosos de imperialismo guerreiro, mas como garantia inabalável de paz e de progresso universal*³⁹. Opinião análoga seria emitida pelo general João de Almeida, antigo governador de Angola, aconselhando a federação dos dois países, por meio de uma aliança de natureza militar, diplomática e econômica⁴⁰. A par dessas manifestações, não se pode esquecer da missão enviada pelo governo de Lisboa ao Rio de Janeiro, em 1918, a pretexto de cumprimentar o presidente Wenceslau Braz, pela decisão de declarar guerra contra o Império alemão e seus aliados⁴¹. Portanto, diante do cenário aqui exposto em rápidas pinceladas, é possível inferir que ao lado do objetivo revelado de fortalecer os laços culturais luso-brasileiros, outras motivações também concorreram para precipitar o aparecimento da revista binacional.

Os trabalhos de redação e de impressão da *Atlântida* se realizavam na cidade de Lisboa⁴², sob a responsabilidade do editor Pedro Bordallo Pinheiro⁴³. Nos créditos do

³⁸ Henrique Lopes de Mendonça, em 1923, seria eleito sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras.

³⁹ Nuno Simões, op. cit., p. 36-37

⁴⁰ João de Almeida. *Visão do crente*. Porto: Companhia Portuguesa, 1918.

⁴¹ A missão chefiada pelo ex-ministro Alexandre Braga era integrada por José de Carvalho, Marcelino Mesquita, Augusto Gil, Fausto Guedes Teixeira, além dos militares, capitão de fragata Judice Biker e tenente coronel Antonio Figueiredo Campos. Ver, Universidade de Chicago. Brazilian Government, *Ministerial Reports, Relações Exteriores* 1917-1918, p. 176-177. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1788/000224.html>. Acessado em 24 de setembro de 2007.

⁴² O escritório da *Atlântida* funcionava no Largo do Conde Barão nº 41, enquanto que a redação se localizava à rua Barata Salgueiro, 41 r/c.

periódico não consta a existência de um corpo editorial permanente, nem indicação da quantidade de exemplares que circulava a cada tiragem. Informa-se apenas que, em Portugal, a assinatura anual custava 2\$80, a semestral 1\$50, enquanto o número avulso podia ser adquirido por \$25. Já no Brasil, vendiam-se apenas assinaturas anuais e semestrais, aos preços de 12\$50 e de 7\$00, respectivamente, quantias razoavelmente acessíveis para a época, considerando o bom padrão gráfico da publicação.

A *Atlântida* possuía editoração de qualidade. De formato sóbrio, impressa em papel mate, alguns textos eram ilustrados com desenhos e fotografias, outros decorados com caprichadas vinhetas artísticas. A disposição das matérias respeitava uma certa ordem, de maneira a formar dois conjuntos distintos, cujo número de páginas podia variar bastante. O primeiro bloco agregava contribuições literárias, artigos, ensaios e biografias, bem como reproduções de telas de pintores famosos. O segundo era composto por três seções fixas, a saber: “Revista do Mês” – constando da síntese dos principais fatos culturais e políticos ocorridos no período; “Livros” – espaço destinado à divulgação do lançamento de publicações e às resenhas críticas; “Notícias e Comentários” – segmento reservado às cartas de leitores e observações do gênero. Aceitava-se publicidade paga, em geral, reclames de empresas, escritórios, lojas, bancos e companhias de seguro, porém, não há menção sobre valores cobrados a anunciantes.

Seu conteúdo privilegiava majoritariamente o domínio das letras – poesia e prosa. Os artigos, ensaios e biografias, sempre em menor número, além de contemplar temas ligados à problemática das relações luso-brasileiras, costumavam versar sobre assuntos culturais variados. Os colaboradores não percebiam remuneração e no que respeita à sua nacionalidade, as fontes levantadas apontam a preeminência dos portugueses. Porém, a constatação não pode ser tomada como sinal de desprestígio do periódico, apesar da sua proposta não contar com o apoio unânime da intelectualidade brasileira, como já se sublinhou. O predomínio dos conterrâneos de Camões, em larga medida, deve ser atribuído ao estado de guerra, que tornava bem mais difícil a comunicação e o transporte regular entre o Rio de Janeiro e Lisboa⁴⁴.

O inventário dos quatro primeiros números da *Atlântida* revela a presença de poemas de Olavo Bilac, de Antonio Correia d’Oliveira, de Júlio Dantas, de Augusto Gil, de Oscar Lopes, de João de Barros e de Mário de Alencar; de contos de Afrânio Peixoto, de Júlia Lopes de Almeida, de Teixeira de Queiroz, de Manoel de Sousa Pinto; de crônicas de Aquilino Ribeiro, de João do Rio, de Aurélio da Costa Ferreira, de João Luso e de Humberto d’Avelar. Nomes

⁴³ Pedro Bordallo Pinheiro (1890 - ?) era sobrinho-neto do conhecido caricaturista e pintor Rafael Bordallo Pinheiro.

⁴⁴ Existem sucessivas notas explicativas da direção da revista, procurando justificar a ausência de colaborações de autores brasileiros previamente anunciadas e que deixaram de ser publicadas, devido aos transtornos provocados pela guerra.

de sólida reputação na esfera literária luso-brasileira, conquanto representem correntes estéticas e teóricas diversas. Aliás, a *mélange*, quem sabe, possa explicar porque especialistas de história da literatura, apesar de fazerem reiteradas menções à revista e a seus diretores, não aprofundam a análise do seu conteúdo, à exceção do trabalho acadêmico de Cecília Dias de Carvalho Henriques da Conceição, desenvolvido na Universidade Nova de Lisboa⁴⁵.

De qualquer maneira, o ecletismo confirma a intenção anunciada por João de Barros de acolher figuras de todos os quadrantes do mundo letrado, “sem virar a casaca”, ou seja, sem abrir mão do republicanismo dos fundadores. Mas a mistura de tendências constituía uma estratégia calculada. Buscava atrair novos simpatizantes para a causa da revista e conquistar um público leitor mais numeroso⁴⁶. A mesma prática se nota na mescla dos autores de artigos, ensaios e biografias. O leque compreendia desde políticos da envergadura do positivista Teófilo Braga e do ministro Manuel Monteiro, até diplomatas como Hélio Lobo, Veloso Rebelo e Alberto d’Oliveira, passando por figuras conhecidas do panorama cultural luso-brasileiro, a exemplo do arquiteto Raul Lino, de Luís da Câmara Reys, de Bento Carqueja, de Moreira Teles, de Aureliano Leal e de Victor Vianna, entre outros.

Quadro nº 1

Atlântida: Classificação e quantificação do material publicado
(novembro/1915 a fevereiro/1916)

| Assunto | Nov/1915 | Dez/1915 | Jan/1916 | Fev/1916 | Total |
|---------------------------|----------|----------|----------|----------|-------|
| Arquitetura | - | - | - | 01 | 01 |
| Belas Artes | 01 | 01 | 01 | - | 03 |
| Biografias | 02 | 01 | - | - | 03 |
| Diplomacia | - | - | - | 01 | 01 |
| Direito | - | - | - | 01 | 01 |
| Educação | | | 02 | 01 | 03 |
| História | 01 | 01 | 01 | - | 03 |
| Letras (poesia) | 04 | 02 | 04 | 03 | 13 |
| Letras (prosa) | 02 | 02 | 03 | 03 | 10 |
| Política | - | - | - | 01 | 01 |
| Relações Luso-Brasileiras | 03 | 01 | 02 | - | 06 |
| Total | 13 | 08 | 13 | 11 | 45 |

Fonte: Quadro elaborado com base nos artigos publicados na *Atlântica*, nºs 1, 2, 3 e 4, relativos, respectivamente, aos meses de novembro de 1915, dezembro de 1915, janeiro de 1916 e fevereiro de 1916.

⁴⁵ Ver, Cecília Dias de Carvalho Henriques da Conceição. *A revista Atlântida. Documento sócio-cultural e literário de uma época. “Um braço mental” entre Portugal e o Brasil*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Literaturas Românicas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1997.

⁴⁶ Ver, carta de João de Barros apud Cecília Dias de Carvalho Henriques da Conceição. *Passim*.

A classificação por assunto e a respectiva quantificação demonstram a preponderância do campo das letras - poesia e prosa, privilegiado em mais da metade do total do material publicado. Em seguida, com incidência bem menos expressiva, aparece a temática da luso-brasilidade. As matérias restantes distribuem-se de maneira relativamente equilibrada, entre áreas consideradas representativas do domínio cultural.

Dos seis textos que tratam das relações entre Brasil e Portugal, quatro merecem um rápido comentário, devido às abordagens que desenvolvem. São trabalhos cujos enfoques extrapolam o tradicional argumento da afinidade lingüística, embora nenhum deles explicitamente uma definição clara do que poderia vir a ser uma “comunidade luso-brasileira”.

O artigo “Relações luso-brasileiras”, de autoria de Antonio Carlos Moreira Teles⁴⁷, publicado na edição de lançamento da *Atlântida*, sobressai-se pelo pragmatismo. Brasileiro, radicado em Lisboa, professor e homem de imprensa, o autor restabelece os fios de continuidade entre o projeto da revista e o plano esboçado por Consiglieri Pedroso, referido como “a iniciativa mais brilhante” para promover o estreitamento das duas nações.

Moreira Teles se detém na análise de dois problemas crônicos, que se arrastavam desde o século XIX e careciam de solução por parte dos altos escalões de ambos os governos: as ausências de um acordo postal e de uma convenção literária. Além disso, discute as causas políticas e econômicas do fracasso de um empreendimento recente, voltado para a criação de uma companhia de navegação de bandeira portuguesa, com linhas regulares para os principais portos brasileiros⁴⁸.

Outro brasileiro, o professor e crítico de arte Vitor Viana⁴⁹, no artigo “Brasil - Portugal”, faz uma reflexão sobre o alcance das trocas comerciais e culturais entre os dois países, enfatizando a existência de interesses recíprocos nesse intercâmbio. Para Viana, do ponto de vista português, o Brasil continuava a ocupar o posto de melhor mercado intelectual e desaguadouro natural da sua emigração. Posição que também lhe trazia benefícios, assegura o professor, pois os produtos, os livros e os costumes oriundos da antiga metrópole eram elementos que concorriam para o fortalecimento da nacionalidade, tal como os emigrantes

⁴⁷ Antonio Carlos Moreira Teles trabalhou na embaixada do Brasil e durante algum tempo dirigiu a Agência Telegráfica Americana. Ver, *Atlântida*. Lisboa, nº 20, junho de 1917, p. 704. Estudioso dos problemas luso-brasileiros publicou, entre outros trabalhos, o livro *Brasil e Portugal*. Cf. Moreira Teles. *Brasil e Portugal - Apontamentos para a história das relações dos dois países*. Lisboa: ed. do autor (depositária: Livraria Ventura Abrantes), s.d. (1914).

⁴⁸ _____. “Relações luso-brasileiras”. *Atlântida*. Lisboa, nº 1, novembro de 1915, p. 62-67.

⁴⁹ Vítor Viana, jornalista, professor, crítico literário e ensaísta, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 1881. Exerceu diversos cargos públicos. Foi bibliotecário da Escola Nacional de Belas Artes, professor da Escola de Altos Estudos e professor de Geografia Industrial e História das Indústrias na Escola Nacional de Artes e Ofícios Wenceslau Brás. Ingressou na Academia Brasileira de Letras em 11 de abril de 1935. Faleceu no Rio de Janeiro, em 21 de agosto de 1937, e deixou expressiva obra bibliográfica nas áreas da educação e da cultura.

auxiliavam no processo de assimilação de outros estrangeiros introduzidos no país⁵⁰.

No ensaio “Os portugueses no Brasil”, Alberto d’Oliveira oferece um diagnóstico original dos fatores que afetavam o relacionamento luso-brasileiro. Na sua percepção, o principal entrave na aproximação dos dois países não se situava na esfera do comércio, da navegação ou da emigração, mas sim no âmbito do que denomina de “tradicionalismo culto”.

Segundo o escritor e diplomata, em virtude do reinado americano de d. João VI, a Terra de Santa Cruz desfrutava de uma situação singular. Fora a única colônia que os portugueses souberam fazer nação. Isto implicava em distinguir “(...) acima da sua americanidade e até da sua latinidade, a sua emancipada e ativa lusitanidade, para manter entre os povos da América a sua verdadeira autonomia, não só territorial, mas moral e histórica”⁵¹. No entanto, as referências culturais lusas vinham sendo abandonadas no Brasil. Cediam espaço a um cosmopolitismo, que se inspirava tanto em Paris “(...) a capital intelectual”, quanto nos Estados Unidos “(...) a musa econômica”⁵². A transformação se operava de maneira veloz e urgência revertê-la. Todavia, em Portugal, os assuntos relativos ao Brasil costumavam ser ignorados, até mesmo nas camadas mais cultas. O desconhecimento deixava o campo aberto para a expansão da influência cultural daqueles poderosos rivais. Diga-se de passagem, consoante essa argumentação, Alberto d’Oliveira sugeriu à Academia das Ciências de Lisboa recomendar ao governo a criação de uma cadeira de história, geografia e literatura brasileiras nas Faculdades de Letras⁵³.

O ex-cônsul no Rio de Janeiro e sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras assinala ainda um outro obstáculo a vencer: o desdém da sociedade lusitana com os chamados “brasileiros” - os conterrâneos que se dirigiam para o Novo Mundo, faziam fortuna e voltavam para matar as saudades da pátria, tipos como os retratados por Eça de Queiroz nas *Farpas*, alvos de caricaturas na imprensa e de anedotas mordazes. Preconceito que à sua maneira também traduzia o mal estar das elites em relação à dependência econômica da antiga colônia e ao desagrado para com a emigração, que roubava a sua melhor força de trabalho⁵⁴.

Talvez, a contribuição mais instigante do conjunto aqui selecionado seja o artigo “Solidariedade ethno-econômica”, escrito por Bento Carqueja, da Universidade do Porto⁵⁵.

⁵⁰ Ver, Vitor Viana. “Brasil – Portugal”. *Atlântida*. Lisboa, nº 3, janeiro de 1916, p. 195-204.

⁵¹ Ver, Cf. Alberto d’Oliveira. “Os portugueses no Brasil”. *Atlântida*. Lisboa, nº 3, janeiro de 1916, p. 195-204.

⁵² Idem.

⁵³ Cf. *Atlântida*. Lisboa, nº 2, dezembro de 1915, p. 189. O indicativo foi abraçado pela Faculdade de Letras de Lisboa com a introdução da disciplina Estudos Brasileiros nos currículos dos cursos de humanidades, a partir de 1916. A implantação da cadeira, todavia, devido a uma série de contratemplos, só veio a se concretizar em 1923, com um ciclo de conferências do historiador e diplomata Oliveira Lima.

⁵⁴ Ver, Arnaldo Saraiva, op cit, p. 71.

⁵⁵ Cf. Bento Carqueja. “Solidariedade ethno-econômica”. *Atlântida*. Lisboa, nº 3, janeiro de 1915, p. 210-214.

Não pela originalidade do enfoque, mas sim pela permanência da velha mentalidade colonial, ainda que camuflada por doutrinas científicas contemporâneas. Dizendo-se adepto da antropogeografia de Ratzel e inspirado em livro recente, a *Storia della colonizzazione europea al Brasile*, de um certo Vincenzo Grossi⁵⁶, o autor lança mão das “afinidades étnicas” para sugerir a (re)introdução de certas práticas no intercâmbio comercial entre os dois países.

Carqueja afiança que Portugal possuía a localização geográfica perfeita para se tornar o entreposto mais favorável à colocação de mercadorias brasileiras no Velho Mundo. Recorda, inclusive, que a re-exportação de bens oriundos da República sul americana, no exercício de 1913, alcançara a soma de 102 contos, quantia nada desprezível! Com base neste dado, propõe realizar um levantamento de campo minucioso em todas as regiões do país, de maneira a identificar matérias primas e artigos em geral, de interesse do mercado europeu. Os resultados da pesquisa serviriam de fundamento para a negociação de futuros tratados de comércio, consoante uma política que se assentava na “solidariedade étnica”. Mas, em que consistiria essa política? A resposta parecia simples. O Brasil concederia tratamento preferencial à “mãe pátria” no seu sistema de comércio exterior. Reduziria os impostos cobrados sobre a exportação de mercadorias para a velha metrópole, que as revenderia por preços mais altos para outras praças, auferindo assim boa margem de lucro.

O professor se mostrava tão convencido da viabilidade do plano, a ponto de argumentar: “(...) a nossa situação de nação colonial veda-nos, é certo, larga aceitação a determinados produtos brasileiros, mas não são esses produtos que mais possam afetar o comércio das colônias portuguesas”⁵⁷. Até o momento, não há nenhuma pista da repercussão da proposta de Bento Carqueja no Brasil. Entretanto, dá para imaginar o alvoroço que certamente teria despertado nos setores nacionalistas mais radicais. Basta lembrar que o seu plano se assemelhava a certas medidas recolonizadoras, apresentadas nas Cortes de Lisboa de 1820, cuja defesa intransigente desaguou nos sucessos da proclamação da independência.

Revistas de idéias e de cultura costumam ter vida efêmera, na maior parte das vezes abreviada pela escassez de recursos. A *Atlântida* foi uma exceção. Circulou com periodicidade bem regular entre 1915 e 1920, o que reforça a nossa suspeita de que se tratava de uma publicação patrocinada pelos governos das duas Repúblicas. Até o nº 36, de março de 1919, o periódico manteve uma linha editorial coerente com objetivos traçados por seus

⁵⁶ Segundo Bento Carqueja, Vincenzo Rossi empreendera uma viagem ao Brasil para “buscar novas luzes para guiar emigrantes italianos e comerciantes na conquista de novos mercados de trabalho e de comércio”. O material coletado fora reunido no livro “*Storia della colonizzazione europea al Brasile*”. Esta obra, no entanto, parece ser desconhecida no Brasil.

⁵⁷ Ver, Bento Carqueja, p. 213.

fundadores e expressos no *Manifesto* de lançamento⁵⁸. Assim, ao lado da permanente reflexão doutrinária acerca da conveniência da criação da aproximação luso-brasileira, ocupava-se de questões literárias, históricas e artísticas coetâneas, o que lhe proporcionava uma dimensão política e ao mesmo tempo cultural⁵⁹.

Porém, tudo leva a crer que com o fim da guerra e cessado o perigo alemão, os fundadores da *Atlântida* tencionavam alterar o foco da publicação e alçar vãos mais ambiciosos. A partir do nº 37, que provavelmente corresponde a abril de 1919, a revista deixou de ostentar o subtítulo “Mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil”, para se converter em “Órgão do pensamento latino no Brasil e em Portugal”. Na mesma ocasião, passou a ser gerida por três diretores, com a inclusão do brasileiro Graça Aranha, que ficava sediado em Paris.

Até o encerramento das suas atividades, em 1920, as páginas da *Atlântida* veicularam contribuições da nata da intelectualidade que se movimentava no eixo Lisboa – Rio de Janeiro. Testemunhos de uma época, os textos desses autores merecem reabilitação. Se por um lado, suas concepções conquistaram muito mais adeptos nos meios letrados do que no âmbito político-institucional, por outro, despertaram memoráveis polêmicas. Pelo menos no cenário brasileiro dos anos 1910-1920, marcado pelo acirramento do nacionalismo intransigente e por campanhas de xenofobia anti-lusitanas, que identificavam aquelas propostas como manifestações de colonialismo cultural, defendidas por traidores da pátria em conluio com emigrantes portugueses⁶⁰.

Seja como for, o desaparecimento da revista não implicaria no fim do projeto que seus idealizadores abraçavam. Se João do Rio faleceu subitamente meses após a extinção da *Atlântida*, João de Barros e a rede de intelectuais que se formara ao seu redor sobreviveram-na, continuaram a disseminar suas propostas, influenciando novas gerações⁶¹. Não por acaso, depois de passado meio século, o historiador Barradas de Carvalho voltaria a aventar a conveniência da formação de uma comunidade luso-brasileira. De maneira bem mais pragmática do que as aspirações culturais acalentadas pelos dois Joões, convém acrescentar.

⁵⁸ Cf. Jean-François Sirinelli. *Intellectuels et passions françaises. Manifestes et pétitions au XX^e siècle*. Paris: Gallimard, 1990, p 132-139.

⁵⁹ Ver a esse respeito Luís Crespo de Andrade. “Introdução”. In: Antonio Reis et alii, *Revistas, idéias e doutrinas*. Op. cit. p. 11-16.

⁶⁰ Não é demais lembrar que João do Rio tornou-se o principal alvo daqueles movimentos, atacado quase que diariamente pela imprensa, a exemplo da celeuma criada em torno da “questão dos poveiros. O episódio envolveu emigrantes naturais de Povoá do Varzim, os quais não se quiseram naturalizar brasileiros e se repatriaram. Estabelecidos no Rio de Janeiro e especializados na pesca de alto mar, não se misturavam com os brasileiros, nem com seus próprios patrícios de outras localidades. Segundo o escritor Lima Barreto, os “poveiros” formariam uma colônia dentro da própria colônia lusitana no Rio

⁶¹ Cf. Lucia Maria P. Guimarães, *À sombra das chancelarias. O lado oculto do Congresso Luso-Brasileiro de História*. Inédito, submetido para publicação à *Revista do IHGB*, em maio de 2007.